



Artigo

**Economia Verde: Contribuições para a amenização das
mudanças climáticas e avanço do desenvolvimento
sustentável**

*Green Economy: Contributions to mitigating climate change
and advancing sustainable development*

*Economía Verde: Contribuciones para la mitigación del cambio
climático y avance del desarrollo sostenible*

Geovani Luna Cruz¹

¹ Filiação institucional: Bacharela em Gestão de Políticas Públicas - Escola de Artes, Ciências e Humanidades e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: geovani.tacruz@gmail.com

Resumo

A temática ambiental vem, dia após dia, ganhando força e presença nas agendas governamentais. Seja questões hídricas, como a crise que assola São Paulo, questões de poluição, como o que ocorre com as fábricas chinesas ou mesmo questões de agressão a natureza e a biodiversidade, como o constante desmatamento da Amazônia e da vegetação do cerrado brasileiro. Negar a importância da preocupação para como o meio ambiente é negar, em muitos casos, a realidade de nosso planeta. Deste modo, o presente trabalho visa apresentar até que ponto a Economia Verde pode ser uma contribuição para a amenização dos efeitos da mudança climática, propiciando o avanço do desenvolvimento sustentável. Inicialmente, será apresentado o conceito de economia verde e seu contexto histórico, passando por outras terminologias que já foram utilizadas neste campo. Em seguida, será apresentada a importância da economia verde para vida em sociedade e o desenvolvimento sustentável. Por fim será apresentada a relação entre economia verde e mudanças climáticas e as considerações finais deste trabalho.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, Ambiente, Mudanças Climáticas, Educação, Desenvolvimento.

Abstract

The environmental theme comes, day after day, gaining strength and presence in the governmental agendas. Be it water issues, such as the crisis that plagues São Paulo, pollution issues, such as what happens with Chinese factories or even issues of aggression to nature and biodiversity, such as the constant deforestation of the Amazon and Brazilian cerrado vegetation. To deny the importance of worrying about how the environment is to deny, in many cases, the reality of our planet. In this way, the present work aims to present the extent to which the Green Economy can contribute to mitigating the effects of climate change, favoring the advancement of sustainable development. Initially, the concept of green economy and its historical context will be presented, going through other terminologies that have already been used in this field. Next, the

importance of green economy for life in society and sustainable development will be presented. Finally, the relationship between the green economy and climate change will be presented and the final considerations of this work will be presented..

Keywords: Sustainability, Environment, Climate Change, Education, Development.

Resumen

La temática ambiental viene, día tras día, ganando fuerza y presencia en las agendas gubernamentales. Se trata de cuestiones hídricas, como la crisis que asola a Sao Paulo, cuestiones de contaminación, como lo que ocurre con las fábricas chinas o incluso cuestiones de agresión a la naturaleza y la biodiversidad, como la constante deforestación de la Amazonia y de la vegetación del cerrado brasileño. Negar la importancia de la preocupación por cómo el medio ambiente es negar, en muchos casos, la realidad de nuestro planeta.

De este modo, el presente trabajo pretende presentar hasta qué punto la Economía Verde puede ser una contribución para la mitigación de los efectos del cambio climático, propiciando el avance del desarrollo sostenible. Inicialmente, se presentará el concepto de economía verde y su contexto histórico, pasando por otras terminologías que ya se utilizaron en este campo. A continuación, se presentará la importancia de la economía verde para la vida en sociedad y el desarrollo sostenible. Por último, se presentará la relación entre economía verde y cambios climáticos y las consideraciones finales de este trabajo.

Palabras Clave: Sostenibilidad, Ambiente, Cambios Climáticos, Educación, Desarrollo.

Introdução

A temática ambiental vem, dia após dia, ganhando força e presença nas agendas governamentais. Seja questões hídricas, como a crise que assola São Paulo, questões de poluição, como o que ocorre com as fábricas chinesas ou mesmo questões de agressão a natureza e a biodiversidade, como o constante desmatamento da Amazônia e da vegetação do cerrado brasileiro. Negar a importância da preocupação para como o meio ambiente é negar, em muitos casos, a realidade de nosso planeta.

Tais preocupações não passam longe de grandes atores políticos. Recentemente, o Papa Francisco, chefe do Vaticano e representante máximo da Igreja Católica Apostólica Romana, lançou a encíclica *Laudato Si*, manifestando preocupação com a condução das questões ambientais em todo o globo. A realização da RIO + 20, entre os dias 17 e 18 de Julho de 2012, mostrou a preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema. Era e continua sendo cada vez mais necessário se preocupar com as demandas ambientais, visto todos os problemas que a sociedade enfrenta.

No Brasil também vemos a participação de agentes políticos em defesa do meio ambiente. Personalidade notável no tema, com reconhecimento até das Nações Unidas, a ex-senadora Marina Silva conseguiu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aprovação de seu partido: Rede Sustentabilidade. Além dele, a presença do Partido Verde (PV) e do Partido Ecológico Nacional (PEN), deixaram claro que a terceira via (termo usado por Marina para designar sua candidatura nas eleições presidenciais de 2014), passaria pelo cuidado com a natureza ou, como diria Papa Francisco, pelo zelo para com a casa.

Deste modo, o presente trabalho visa apresentar até que ponto a Economia Verde pode ser uma contribuição para a amenização dos efeitos da mudança climática, propiciando o avanço do desenvolvimento sustentável. Inicialmente, será apresentado o conceito de economia verde e seu contexto histórico, passando por outras terminologias que já foram utilizadas neste campo. Em seguida, será apresentada a importância da economia verde para vida em sociedade e o desenvolvimento sustentável. Por fim será apresentada a relação entre economia verde e mudanças climáticas e as considerações finais deste trabalho.

1. Economia Verde: Conceito e contexto histórico

1.1. Conceito

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a economia verde, conceito lançado em 2008, consiste na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, concomitantemente à redução significativa dos riscos ambientais e a a escassez ecológica.

Para o PNUMA, esta definição está solidificada sob três pilares:

- é uma economia pouco intensiva em carbono;
- é eficiente no uso dos recursos provenientes da natureza
- é socialmente inclusiva.

Esta definição, proveniente do PNUMA, busca elevar o crescimento de renda, por meio dos investimentos públicos e privados, que reduzem as emissões de carbono e a poluição, traçando uma rota de desenvolvimento que recupere o capital natural degradado. Contudo quando nasceu este conceito? E como foi seu processo de constituição? Entenderemos melhor este processo na próxima seção.

1.2. Histórico da Economia Verde

Apesar de lançada em 2008, a ideia de economia verde procede de muito antes. O conceito foi a consolidação de significados e implicações do desenvolvimento sustentável, apregoado no Relatório Brundtland, de 1987 e assumido de maneira singular e importante dentro da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Contudo, os conceitos de economia verde e desenvolvimento sustentável tiveram como base a ideia de “ecodesenvolvimento”.

O ecodesenvolvimento foi um termo mencionado pelo estudioso canadense Maurice Strong em 1972. Strong era, na época, o primeiro diretor do PNUMA e secretário-geral da Conferência de Estocolmo. Contudo, coube ao professor Ignacy Sachs, economista e sociólogo nascido na Polônia, a criação do conceito, que seria a inspiração dos documentos e ações do PNUMA.

Em 1980, a União Internacional para Conservação da Natureza, apresenta o relatório “A estratégia global para a conservação”, trazendo pela primeira vez a expressão “desenvolvimento sustentável”. Até então, as publicações relacionadas à temática, traziam o conteúdo, porém, não a expressão “desenvolvimento sustentável” em si.

Em 1987, é criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja presidência é entregue à Gro Harlem Brundtland, então Primeira-Ministra da Noruega. Brundtland, que é médica e possui mestrado em Saúde Pública, pela Universidade de Harvard (EUA), possuía experiência em temáticas ambientais, visto que em 1974 havia sido escolhida para ser Ministra do Meio Ambiente, o que a credenciava para exercer a presidência da comissão.

Nesta comissão é que surge o Relatório Nosso Futuro Comum (conhecido por Relatório Brundtland), com sugestões aos governos tais como: adaptação a um limite do crescimento populacional; promoção e garantia da alimentação em longo prazo; preocupação com a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas de cada país, a fim de impedir o avanço da degradação.

Preocupado com a manutenção de um meio ambiente saudável, o Relatório Brundtland também apresenta reflexões sobre o controle do consumo de energia e promoção de tecnologias que propiciem acesso à energias renováveis, já considerando à iminente finitude do petróleo (que é uma energia não renovável, ou seja, possui um limite).

Entretanto, o relatório e os trabalhos da comissão não conseguiram estabelecer um consenso entre todos os teóricos sobre uma definição, de cunho universal, sobre Desenvolvimento Sustentável. E este não consenso caminhou até a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro.

A realização da conferência no Brasil contou com a presença de 108 países do globo e teve como objetivo principal estabelecer medidas que contivessem, quando não eliminassem a degradação ambiental e os prejuízos que a mesma incorre a todos os seres vivos.

Como produtos da conferência ficavam o Protocolo de Biossegurança, que permitia que países deixassem de realizar importações de produtos que contivessem organismos modificados geneticamente. Presente no documento originário dos trabalhos, o Protocolo representou importante mecanismo de defesa ambiental.

Devido à sua importância, a ECO-92 serviu de base para outros eventos de atuação similar, como a Conferência de Mudanças Climáticas, cujo resultado foi o Protocolo de Kyoto (Japão) em 1997 e a Rio +10, realizada em Johannesburgo (África do Sul) em 2002.

Passada a ECO-92 e a Rio +10, a temática do desenvolvimento sustentável ganhava mais força. A Agenda 21, proposta na conferência de 1992 e que buscava viabilizar um novo padrão de desenvolvimento, com racionalidade ambiental, ou seja, adequado às demandas e necessidades de proteção ambiental, permanecia forte e suscitando inúmeros debates mundo a fora.

Estes debates se congregaram na Rio + 20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro. Agora não bastava mais realizar a formação da agenda, mas, além de atualizá-la, também renovar o compromisso internacional de proteção ao meio ambiente e de disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Nisso insere-se também a questão de ter uma economia considerada verde, respeitosa aos recursos naturais.

Dentro da Rio + 20, discutiu-se uma nova forma de se conduzir a economia global. Num tempo de governança global, empresas globais e responsabilidade social, torna-se necessária a

condução de uma economia voltada para o desenvolvimento não agressivo dos recursos naturais.

2. Economia Verde: Sua importância para a vida em sociedade

Realizar um crescimento, pautado em investimentos públicos e privados, que reduza a emissão de carbono e, conseqüentemente, não agrida o meio ambiente. Este é uma das principais demandas e preocupações dos governos atuais em todo o globo. Como fazer para que o crescimento econômico prossiga, os países cresçam e a natureza não seja afetada?

Responder a pergunta anterior consiste em entender que a demanda ambiental é cada dia mais importante na agenda governamental. Na ECO-92, todos os países participantes construíram e assinaram a Agenda 21, com premissas e paradigmas ambientais a serem enfrentados nos anos seguintes. O Protocolo de Kyoto, em 1997, também segue essa linha, apesar de não totalmente ratificado.

Com as Conferências Rio +10, em Johannesburgo, em 2002 e Rio +20, no Rio de Janeiro, em 2012, a ordem era renovação. Renovação, não dos conceitos introduzidos e aprovados na ECO-92, mas do compromisso assumido em 92, para com o meio ambiente.

A preocupação com a vida em sociedade, num planeta que enfrenta, diariamente, os problemas ambientais, fez com que líderes políticos importantes se manifestassem. Um deles, o Papa Francisco, escreveu uma carta encíclica chamada “Laudato Si’”. Nela, Francisco expõe sua preocupação com a condução econômica mundial, com os problemas ambientais existentes, estabelecendo uma crítica ao que chama de “consumismo e desenvolvimento irresponsável”.

Como possibilidades de solução, Francisco propõe a unificação global de todas as ações que buscam combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Ao alertar toda à sociedade sobre os perigos das mudanças climáticas, o Papa também aponta para a modificação da economia, buscando uma estrutura menos destruidora e mais protecionista. Este protecionismo aponta para a compreensão da necessidade de uma economia verde.

Olhar todo o processo de desenvolvimento hoje existente faz rememorar um processo feroz, com muito sangue, suor e lágrimas (SEN, 2000). Um processo que, por interesses de minorias, suplantou o planeta e a natureza aos desmandos do ser humano, desconsiderando a finitude de alguns recursos e a necessidade de proteção de outros, não somente para o bem estar da região, mas para a manutenção do ecossistema em funcionamento correto.

Ao vermos vários ambientalistas, alguns economistas e outros ativistas, agentes políticos e Chefes de Estado, como o Papa Francisco, pautando seus discursos na necessidade de se adotar uma economia mais verde, um processo de crescimento/desenvolvimento menos agressivo e mais preocupado com a manutenção de um planeta melhor para todos, tem-se a certeza da

necessidade de mudanças. Deste modo, a economia verde vem nos propor uma nova forma de olhar para o sistema econômico e social vigente, sem desconsiderar todas as lutas e todos os trabalhos envolvidos na concepção e solidificação conceitual do desenvolvimento sustentável e levando em conta todas as necessidades de se cuidar do meio ambiente, a fim de termos um ambiente mais saudável e uma economia menos agressiva.

Considerações finais

Ao observarmos o processo de “desenvolvimento” conceitual do desenvolvimento sustentável e sua consolidação nas demandas políticas e sociais do globo, percebemos que a temática, como já fora dito anteriormente, vem sendo estudada e refletida desde os anos 60, com as preocupações do Clube de Roma.

Com a Conferência de Estocolmo em 1972 e o surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, proposto pelo Prof. Sachs, as nações passaram a olhar, com maior atenção, a temática ambiental. O notável crescimento dos tigres asiáticos (Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Malásia e mais tarde a China), bem como seus processos de expansão econômica sem preocupação ambiental, fez com que os pesquisadores e a própria ONU, se preocupassem com as questões de degradação ambiental e qualidade de vida.

Desta maneira, a participação de Gro Brundtland, na presidência da Comissão de Meio Ambiente da ONU, bem como o resultado, o fruto dos trabalhos, o relatório Nosso Futuro Comum, apareceu como uma importante contribuição para consolidação dessas discussões. Motivar as nações à se preocuparem com a temática aparecida como muito importante na questão política e diplomática.

Com a ECO 92, no Rio de Janeiro, as preocupações ganharam importância singular. Agora era extremamente importante considerar o desmatamento das florestas, a degradação da biodiversidade e manutenção da segurança alimentar. Era importante estabelecer uma nova forma de desenvolvimento. Era necessária uma nova ordem de planejamento econômico, a fim de retardar o processo de degradação da natureza terrestre e possivelmente uma crise de aquecimento global (que viria anos mais tarde ser comprovada).

Ao intitular o documento Brundtland como Nosso Futuro Comum, a ONU apresenta algumas premissas importantes para o futuro de todas as nações, independentemente das diferenças de capacidade produtiva e de renda. Um futuro comum a todos é um futuro que permite o crescimento de toda a população em condições naturais adequadas.

Os protocolos e conferências que sucederam a ECO 92 (Protocolo de Kyoto em 97, Rio + 10 em 2002, Rio + 20 em 2012), buscaram fortalecer aquilo que ficara acordado em 92 e relembrar aos políticos, aos chefes de cada estado, o compromisso que assumiram e seus resultados na política econômica, externa, ambiental e principalmente, na preocupação com toda a população e com seu bem estar.

A eleição de um papa latino-americano, jesuíta e com espírito e nome franciscano (Francisco), deram um upgrade na mentalidade da Igreja Católica e na sua conexão com os dias atuais. O lançamento da Carta Encíclica Laudato Si, deixou à mostra tais preocupações.

Com a encíclica, Francisco e a Igreja Católica buscaram e buscam alertar a sociedade, mas principalmente os líderes nacionais, sobre a necessidade de se parar e refletir sobre qual mundo queremos e como podemos construí-lo, a partir de um consumismo consciente, da preservação do meio ambiente e da estruturação de uma economia verdadeiramente verde

Referências Bibliográficas

Castro, Manoel Cabral de. (2012). *Do Crescimento Econômico ao Desenvolvimento Sustentável e à Economia Verde conceitos na análise do perfil ambiental e de aspectos da evolução recente do capital humano no Amapá*. Macapá: SETEC/AP. (Relatório elaborado para o evento preparatório à participação do Amapá na Conferência Rio + 20).

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (2012). *Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: CGEE.

Papa Francisco. (2015). *Carta Encíclica Laudato Si*. Vaticano. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf [Data de Acesso: 20/11/2015].

Rio + 20. *Homepage* do Evento. Acessado em 20/11/2015, de:
<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>

Sachs, Ignacy. (2007). *Rumo à Ecosocioeconomia teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

Sen, Amartya Kumar. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras.

Recebido em 01/07/2016.
Aceito 20/09/2016.